



## RELATÓRIO DE REUNIÃO ESPECIAL

Prestação de informações sobre a  
gestão da Secretaria de Estado de  
Saúde – SES

— 28/6/2021 —

## I – Apresentação

No dia 28/6/2021, a Comissão de Saúde e sua convidada, a Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, recebeu Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao primeiro quadrimestre do ano de 2021, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

## II – Presenças

- **Comissão de Saúde:** deputado João Vítor Xavier (presidente); deputados Carlos Pimenta; Doutor Paulo, Elismar Prado e Fernando Pacheco.
- **Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência:** deputada Ana Paula Siqueira; deputados Doutor Paulo e Leonídio Bouças.
- **Outras presenças:** deputadas Celise Laviola, Ione Pinheiro, Rosângela Reis, Beatriz Cerqueira, e Laura Serrano e deputados Marquinho Lemos, Hely Tarquínio, Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva, Gustavo Valadares, Inácio Franco, Celinho Sintrocel, Ulysses Gomes, Noraldino Júnior, Charles Santos, Mauro Tramonte, Professor Cleiton, Zé Reis, Bartô e Coronel Henrique.

## III – Discussões

Conforme estabelece a Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019, o secretário de Estado de Saúde fez uma exposição sobre a gestão da secretaria sob sua responsabilidade, com destaque para as ações adotadas para o enfrentamento da pandemia de Covid-19 e mitigação de seus impactos, bem como sobre o planejamento estruturado para a retomada das atividades rotineiras.

### 1) Informações do gestor

O secretário apresentou o desempenho das ações da pasta, com resultado satisfatório em mais da metade dos casos quanto às metas físicas e crítico em apenas 3%, e o desempenho orçamentário, que foi satisfatório em 39% dos casos e crítico em 36%. Ele atribuiu esse resultado à pandemia de Covid-19. Em seguida, fez um relato da situação das ações desenvolvidas pela pasta.

Baccheretti apresentou o resultado da Ação Rede de Gerenciamento de Risco e Proteção à Saúde Humana e esclareceu que a meta física da ação foi atingida, mas que o resultado do desempenho orçamentário foi crítico porque foi necessário remanejar créditos orçamentários para atender à Resolução da SES/MG nº

4.788, de 2021. Quanto à Ação Rede de Vigilância de Condições Crônicas, informou que os valores não executados se referem a diminuição de demanda. Em relação à Ação Rede de Vigilância às Emergências em Saúde Pública, Fábio Baccheretti esclareceu que parte dos valores não executados dizem respeito ao orçamento de diárias e viagens que não foram realizadas em razão da pandemia. Segundo o secretário, a meta da Ação de Vigilância Sanitária ficou aquém da planejada porque as inspeções programadas tiveram de ser reduzidas em função da pandemia. Quanto à Ação Inova e Qualifica SES, informou que não foi possível efetivar todas as ações educacionais por medidas de prevenção e enfrentamento à Covid e, em relação à Ação de Promoção e Fortalecimento da Participação do Controle Social, esclareceu que a pandemia impediu que o Conselho Estadual de Saúde implantasse os colegiados regionais, mas que realizou 13 plenárias no formato virtual. Sobre o Abastecimento de Medicamentos, Baccheretti informou que a meta física foi alcançada; entretanto, no âmbito do componente básico, a execução orçamentária ficou no nível crítico, pois não houve aquisição de medicamentos por parte da SES por não ter havido demanda da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública – Sejusp. O secretário esclareceu que a pasta atingiu a meta física da Ação de Estruturação Farmacêutica, mas que o monitoramento e a validação foram interrompidos em razão da pandemia, impactando na liquidação dos valores correspondentes ao incentivo de custeio da Rede Farmácia de Minas. Informou que o repasse de recursos para a Ação Apoio e Fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial foi impactado porque a validação de resultados de indicadores de duas resoluções está ainda em processo. Relatou que o início do projeto da Ação Saúde em Rede foi adiado por causa do agravamento da pandemia, que impediu a realização de viagens e reuniões previstas. Fábio Baccheretti concluiu a apresentação da apuração do cumprimento do limite mínimo constitucional afirmando que em quatro meses foram empenhados 4,35%. Disse estar certo de que a SES conseguirá empenhar 12% da arrecadação dos impostos previstos no artigo 155 da Constituição Federal para aplicação em ações e serviços de saúde.

Sobre os projetos e programas da SES, o secretário destacou o Valora Minas, nova política hospitalar do Estado, que vigorará a partir de novembro, em substituição ao Pro-Hosp. Acrescentou que esse projeto será dividido em três módulos (Valor em Saúde, Hospitais Plataforma e Novos Prestadores) e visa modificar a forma de incentivar a assistência hospitalar. Esclareceu que o projeto prevê a criação de linhas de cuidado, a utilização mais eficiente de hospitais de média e alta complexidade, bem como melhor utilização de hospitais de pequeno porte. Segundo Baccheretti, o repasse de recursos será proporcional aos indicadores de entrega de valores (qualidade e produção) e o módulo de inclusão dos novos prestadores, com novos vínculos, é fundamental para reduzir as filas das cirurgias eletivas, que aumentaram consideravelmente

durante a pandemia. Relatou que as cirurgias foram retomadas aos poucos, condicionadas ao abastecimento de kits intubação.

O secretário apresentou também o projeto Saúde em Rede, que cria vínculo entre a atenção básica, especializada e hospitalar, possibilitando que o paciente inicie e termine seu tratamento e, assim, efetivando o princípio da integralidade do cuidado. Esse projeto é vinculado ao Planifica SUS e foi lançado em algumas regiões, entre as quais o Jequitinhonha, que recebeu o projeto piloto.

Quanto ao Samu Regional, disse tratar-se de projeto estratégico da SES com previsão de 100% de cobertura no Estado. Afirmou que estão em execução o Samu Leste do Sul e Noroeste e que já foram iniciadas as discussões para implantação do Samu Centro e Triângulo do Sul, bem como a manutenção dos Samus regionais das macrorregiões.

O secretário apresentou os seguintes dados acerca da Covid-19 no Estado: 1.788.725 de casos confirmados; 83.160 casos em acompanhamento; 45.924 óbitos. Relatou que houve aumento da incidência de casos, semelhante à incidência dos meses de março e abril, quando o Estado entrou na onda roxa, mas com queda do número de óbitos e aumento de casos leves. Assim, apesar da alta incidência, o número de casos graves não aumentou, o que indica a eficácia da vacina. O número de pacientes que aguarda leitos UTI Covid tem reduzido, com percentual de ocupação de 75%. Apesar disso, o Estado tem ampliado o número de leitos UTI Covid com recursos próprios, bem como mantido o seu financiamento. No dia da reunião, 70 pacientes aguardavam leitos UTI Covid, número mais baixo dos últimos meses. O secretário afirmou que os leitos UTI Covid serão desmobilizados apenas quando a maior parte da população estiver vacinada. O secretário informou que foram destinados R\$336.129.600,00 para o custeio de leitos UTI Covid; R\$7.650.424,32 para leitos de suporte ventilatório; R\$70.614.963,64 para internações clínicas; e R\$86.180.000,00 para outras ações.

Quanto à vacinação, Baccheretti informou que até a data da reunião, a SES havia recebido do Ministério da Saúde – MS – 12.663.304 vacinas, das quais 11.796.943 foram entregues às unidades regionais de saúde. O secretário pontuou que a distribuição das vacinas aos municípios tem sido rápida, em até 24 horas da sua chegada do ministério. Relatou ter havido queda de 16% do número de óbitos entre os idosos de 80 anos ou mais, 50% entre os idosos com 70 a 79 anos e 22% entre os idosos com 60 a 69 anos. De acordo com o secretário, Minas Gerais é o segundo estado do País em doses da vacina aplicadas e Belo Horizonte é a quarta capital com duas doses aplicadas.

O secretário salientou a complexidade das transferências de pacientes no Estado, destacando a importância da regulação e do transporte aeromédico, cujo custo em 2021 foi de R\$950.927,60 para mais de 108 horas de voo.

Relatou que houve aumento de 136,3% dos leitos de UTI em 2021, dos quais 3.240 são exclusivos para pacientes com Covid. Em fevereiro de 2020 o Estado contava com 2.072 leitos de UTI no SUS, e em junho de 2021 esse número era de 4.887, ampliação que, segundo o secretário, é maior do que a demanda e atende todo o Estado. Sobre o financiamento do leito de UTI Covid, Minas Gerais paga R\$800,00 de incentivo adicional para os leitos que já são habilitados junto ao Ministério da Saúde; para os leitos que ainda não tiveram sua habilitação efetivada, o Estado paga o valor total de R\$1.600,00. No mês de abril, por exemplo, o Estado pagou R\$21.950.400,00 para financiar os leitos que ainda não tinham sido autorizados pelo Ministério da Saúde. No mesmo mês, o Estado pagou R\$6.381.816,26 para financiar leitos de suporte ventilatório, e R\$31.350.262,01 para financiar leitos clínicos Covid (enfermaria).

Em seguida, Baccheretti prestou informações sobre as unidades da Fhemig. Segundo afirmou, o Hospital Eduardo de Menezes foi a primeira unidade totalmente dedicada a atender pacientes com Covid-19 e nela foram implantados 12 leitos de isolamento respiratório, com capacidade de atender até pacientes com ebola. Foram investidos em torno de R\$13 milhões em obras, ainda em curso, no hospital. O Hospital Júlia Kubitschek também está atendendo apenas pacientes com Covid e realizou-se reforma no CTI para o enfrentamento da pandemia, além de outras obras no bloco cirúrgico, com investimentos na ordem de R\$7,8 milhões de reais. A unidade conta com 40 leitos para tratamento da Covid. O antigo Hospital Galba Velloso transformou-se em Unidade Alternativa de Assistência à Saúde – UAAS-GV – para receber os pacientes dos hospitais Eduardo de Menezes e Júlia Kubitschek, oferecendo leitos clínicos para atender pacientes com outras doenças. Já o Instituto Raul Soares passou por uma expansão de leitos de saúde mental. O secretário informou ainda o Hospital Regional Antônio Dias – HRAD – foi pintado e que um novo tomógrafo foi instalado.

O secretário apresentou um quadro com o número de EPIs adquiridos para as unidades hospitalares, que custaram mais de R\$73 milhões. Informou também que foram doados 119 EPIs pela Fiemg e pelo Banco Itaú e que o Estado investiu mais de R\$47 milhões na aquisição de equipamentos destinados à atenção hospitalar.

Sobre medicamentos (especialmente para a assistência de pacientes com Covid-19), o secretário informou que a SES desenvolveu um modelo de negócios com o serviço Power BI, que tem sido usado pelo Conselho Nacional de Secretários de Saúde e pelo Ministério da Saúde para a distribuição do kit intubação. O sistema

identifica quais medicamentos foram adquiridos, o quantitativo de unidades, o valor gasto e a distribuição por macrorregião. Por meio desse modelo, o Estado tem conseguido adquirir o kit intubação e se tornar cada vez mais independente do Ministério da Saúde. Cada hospital declara semanalmente o número de leitos ocupados e o seu consumo, informação validada tanto pelo Conselho dos Secretários Municipais de Saúde – Cosems – quanto pelo Ministério Público. Até o momento da reunião, haviam sido gastos mais de R\$12 milhões em compras de medicamentos e distribuídas quase 1,5 milhão de ampolas. Segundo o secretário, a situação do estoque tem melhorado ao longo dos meses, indicando que em breve as cirurgias eletivas serão retomadas. Quanto ao oxigênio utilizado na assistência ao paciente com Covid, a SES aprovou incentivo de mais de R\$50 milhões para equipar os hospitais com usinas de oxigênio e tanques de oxigênio líquido, diminuindo, assim, a dependência de cilindros de oxigênio. O secretário informou que também houve doações de cilindros de oxigênio. Além disso, foram adquiridos cateteres de alto fluxo, que podem evitar a intubação.

Segundo Baccheretti, foram gastos mais de R\$5 milhões de reais com testes do tipo PCR-RT; além disso, foram adquiridos testes de antígenos (teste rápido), para serem utilizados na rede hospitalar de urgência ou em casos de surtos. Foram gastos, também, mais de R\$26 milhões em seringas hipodérmicas e cerca de R\$5,5 milhões em câmaras de conservação.

O secretário afirmou que o valor global gasto com incentivo de custeio de ações de Vigilância à Saúde para todos os municípios, destinado ao enfrentamento às doenças respiratórias, foi da ordem de R\$53 milhões, e o valor correspondente ao incentivo de ações de saúde da Atenção Primária para o enfrentamento à Covid foi de R\$90 milhões.

Em relação à força tarefa do Minas Consciente, Baccheretti informou que 12 macrorregiões estavam na onda vermelha, com cenário desfavorável, e citou a realização de algumas ações de enfrentamento para evitar um colapso nessas regiões, como a ampliação de leitos e a análise e distribuição de insumos, envio de força tarefa e suspensão de cirurgias eletivas. Segundo o secretário, 25 municípios e mais de 70 estabelecimentos de saúde foram visitados.

Por fim, apresentou o aplicativo Saúde Digital, de atendimento *on-line*, que dispõe também de um módulo de vacinação, permitindo ao cidadão agendá-la. À época da reunião, o aplicativo já contava com a adesão de mais de 170 municípios, havia mais de 36 mil usuários nele cadastrados e, por seu intermédio, mais de 10 mil atendimentos de suspeita de Covid haviam sido realizados pelos profissionais da Fhemig. O secretário acrescentou que os dados do aplicativo são compartilhados com o Ministério da Saúde.

## 2) Pandemia de Covid-19

Ao ser indagado sobre a previsão da conclusão da vacinação de toda a população e sobre as ações em andamento para a vacinação de reforço anual para a Covid-19, o secretário respondeu que a expectativa é de que o Estado receba mais de 6 milhões de vacinas do governo federal em agosto e setembro e, assim, até outubro todo adulto estaria vacinado com a primeira dose. Afirmou ainda que provavelmente haverá dose de reforço em 2022.

Questionado sobre o atraso da vacinação no Estado, o secretário respondeu que a transferência de vacinas aos Estados é proporcional à população dos grupos prioritários e isso tem ocorrido de forma célere. Acrescentou que alguns estados utilizam a segunda dose como primeira e, assim, parecem acelerar a vacinação, mas deixam de reservar a segunda dose para quem recebeu a primeira. Esclareceu que alguns estados receberam mais doses por causa das cepas variantes, como no caso do Amazonas e do Maranhão, e lembrou que Minas estava entre os cinco estados que mais vacinaram com as duas doses.

Quanto à possibilidade de vacinação de lactantes de bebês com deficiência que tenham mais de 6 meses, o secretário comprometeu-se a levar a demanda ao Centro de Operações de Emergência em Saúde Pública – COES MINAS COVID-19 – para análise, uma vez que a decisão não cabe à SES ou ao governador. Reiterou a importância de que as lactantes sejam vacinadas, esclarecendo que poucos estados têm discutido a vacinação desse público, e informou que foi facultado aos municípios a utilização das doses excedentes da vacina para as mães lactantes de bebês com até 6 meses de idade, como forma de incentivar a amamentação exclusiva até essa idade.

Questionado sobre a não inclusão dos trabalhadores da assistência social, que prestam serviços essenciais, entre os grupos prioritários da vacinação, o secretário informou que o Estado não pode criar um novo grupo, mas reconheceu a importância de vacinar esses trabalhadores e se comprometeu a levar a questão ao COES e ao Ministério da Saúde.

Em relação à falta de padronização dos grupos prioritários nos municípios e quais ações a SES tem tomado para coibir isso, o secretário esclareceu que a definição desses grupos é feita pelo Ministério da Saúde e que foi deliberado que após a vacinação de todo o grupo prioritário "trabalhador da educação", cada município poderia utilizar 70% das doses para vacinar a população por idade e que os 30% restantes das doses seriam destinadas à continuidade da vacinação dos grupos prioritários. Acrescentou que os municípios têm autonomia para decidir sobre o uso da vacina, mas devem observar as recomendações do COES, das regionais de saúde e do Ministério Público, bem como as notas técnicas do Ministério da Saúde e da

Secretaria de Estado da Saúde. Reconheceu, no entanto, que há municípios que criam critérios não pertinentes, causando confusão, mas destacou as diferenças entre os perfis dos municípios, que podem ter presídios, faculdades, indústrias, etc, e que essas diferenças justificam a variabilidade das remessas de vacinas, uma vez que as doses são distribuídas proporcionalmente por grupos.

Os parlamentares mencionaram o aumento nas mortes de motoristas de caminhão durante a pandemia e indagaram quais ações a SES tem tomado para a vacinação desse público. Segundo o secretário, os caminhoneiros e motoristas de transporte público já haviam sido incluídos nos grupos prioritários do Programa Nacional de Imunizações – PNI –, mas esclareceu que até o momento da reunião a secretaria não tinha recebido doses de vacina para esse grupo. Explicou que os municípios que iniciaram a vacinação desse público utilizaram as sobras do grupo prioritário anterior e acrescentou que a expectativa é de que as próximas remessas de vacina contemplem o grupo de caminhoneiros e motoristas de transporte público.

Quanto à possibilidade de produção local de vacinas e o papel e a capacidade de produção da Fundação Ezequiel Dias – Funed –, o secretário mencionou a parceria firmada entre a fundação e a UFMG e afirmou que a Funed já tem tecnologia de produção da vacina que está sendo desenvolvida pela universidade. Já para a produção das demais vacinas (adenovírus e vírus inativado), esclareceu que a Funed não dispõe de tecnologia, mas a expectativa é de que, com a construção da nova fábrica e com a possibilidade de firmar contrato de transferência de tecnologia com o laboratório americano, seja possível produzir uma vacina com peptídeo, mais moderna. Para isso, há previsão de destinação de parte dos recursos do acordo de reparação da Vale, em torno de R\$150 milhões, para a modernização da Funed. O secretário não respondeu qual foi o aporte de recursos próprios do Estado para incentivar a produção de vacinas pela UFMG. Quanto à produção do soro da Funed, que seria utilizado para a cura da Covid, respondeu, ao ser questionado, que não foi interrompida.

Baccheretti disse também, em relação às vacinas, que a SES e o governo do Estado assinaram pedido dirigido à Anvisa solicitando autorização emergencial para importação da vacina Sputnik, em quantitativo equivalente a 1% da população, uma vez que os laboratórios não negociam diretamente com os estados, e que estavam em negociação com o Fundo Soberano Russo.

Indagado sobre o financiamento total dos leitos Covid-19 pelo Estado, bem como sobre a sua manutenção após a pandemia, Baccheretti informou que o número de leitos está sendo expandido e reiterou que o Estado arca com o pagamento dos novos leitos de UTI, do suporte ventilatório e do leito clínico e que continuará arcando, mesmo que não ocorra a habilitação pelo governo federal. Ao ser questionado sobre os critérios para a liberação de leitos UTI Covid nas regiões do Estado, o secretário respondeu que não há

limitação regional para a abertura desses leitos e que a estrutura física do hospital é analisada pela Vigilância Sanitária, bem como os recursos humanos disponíveis.

Para solucionar a demora das ações da Vigilância Sanitária em face da Covid no Noroeste do Estado, o secretário informou que foi aprovada uma resolução para fortalecer a Vigilância Sanitária também nas ações não diretamente relacionadas à pandemia e que há previsão de investimentos de cerca de R\$50 milhões.

Indagado sobre quais são os critérios para solicitar a visita técnica da SES para avaliar as ações de enfrentamento à Covid realizadas em âmbito municipal, o secretário respondeu que o município deve solicitar a visita à regional de saúde, que repassa a demanda à SES e, caso o município esteja na onda vermelha, em cenário desfavorável epidemiológico, a demanda será discutida na secretaria.

Sobre os incentivos concedidos pela secretaria para que hospitais instalem pequenas usinas de oxigênio, o secretário respondeu que a resolução da SES beneficiou 253 hospitais com recursos, seja para a instalação dessas usinas, seja para a compra de cateter de alto fluxo. O secretário informou também que a compra do kit de intubação pela SES e seu repasse aos hospitais depende da alimentação dos dados no sistema pelos hospitais, para que não haja falta do insumo. Esclareceu que a SES tem comprado o medicamento utilizado na intubação, mas que o mercado não consegue entregar grandes volumes de uma só vez, pois a ampola que é utilizada na intubação também é usada para a vacina. Acrescentou que foi criada uma rede solidária, com o Cosems e o Ministério Público, por meio da qual o estoque de cada hospital é analisado semanalmente, com o fim de garantir o estoque mínimo.

Questionado se o Estado estaria preparado com insumos para enfrentar uma provável terceira onda da pandemia, Baccheretti não respondeu.

Em relação à estrutura para o tratamento da saúde mental durante a pandemia, diante do fechamento de equipamentos da rede, como o Hospital Galba Velloso, o secretário esclareceu que, como os hospitais Eduardo de Menezes e Júlia Kubitschek estão atendendo exclusivamente pacientes com Covid-19, houve ampliação dos leitos de saúde mental do Instituto Raul Soares, de 76 para 116 leitos, que têm sido suficientes para atender a demanda. Acrescentou que a SES credenciou mais 150 leitos de saúde mental no Estado e que, portanto, o fechamento dos 120 leitos do Galba Velloso teriam sido compensados pelos 40 leitos abertos no Raul Soares somados aos 150 leitos em todo o Estado. Segundo o secretário, será realizado um grande investimento no Instituto Raul Soares para torná-lo modelo em assistência em saúde mental, com leitos psiquiátricos. O secretário informou ainda que a SES tem investido recursos na rede de

atenção psicossocial para lidar com questões relacionadas ao pós-covid, uma vez que há demandas relativas às perdas de familiares, bem como ao novo modo de viver com o isolamento social.

Questionado sobre o equipamento de proteção individual – EPI – fornecido aos professores para o retorno presencial às aulas, bem como sobre a segurança para esse retorno durante a onda vermelha, o secretário respondeu que o EPI fornecido aos professores é o mesmo utilizado em ambiente hospitalar, e acrescentou que, conforme discussão com o COES e com o Ministério Público, as aulas retornarão de forma gradual mesmo se o município estiver em onda vermelha, mas em cenário não desfavorável, ou seja, quando a situação estiver estável, com tendência de melhora. Acrescentou que coube à SES desenvolver o protocolo sanitário, havendo a possibilidade de realização do teste rápido pelo município, mas destacou que o protocolo de retorno às aulas foi elaborado pela Secretaria de Estado de Educação.

COMPROMISSOS

**Compromisso/posicionamento do secretário:**

- Levar ao COES MINAS COVID-19 a solicitação de inclusão dos trabalhadores da assistência social entre os grupos prioritários da vacinação, para que após análise, o centro encaminhe a demanda ao Ministério da Saúde.
- Levar ao COES MINAS COVID-19 a solicitação de inclusão dos moto-taxistas entre os grupos prioritários da vacinação, para que após análise, caso seja pertinente, o centro encaminhe a demanda ao Ministério da Saúde.
- Encaminhar à equipe da SES análise de abertura de vagas de leitos de UTI Covid no Município de Campestre.

REQUERIMENTOS

**RQN nº 8.468/2021**: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a programação da testagem em massa de Covid-19 no Estado e se há insumos suficientes para os testes da população mineira.

**RQN nº 8.474/2021**: Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja discutida no Coes Minas Covid-19 a possibilidade de inclusão, no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19, de lactantes cujos bebês possuam alguma comorbidade, independente de sua idade.

### 3) Retomada de cirurgias eletivas

Questionado sobre as cirurgias eletivas, o secretário respondeu que elas estão sendo retomadas e afirmou que a dificuldade recai sobre a disponibilidade do *kit* intubação. Acrescentou que o Estado está se organizando para criar incentivos e, assim, fomentar a realização dessas cirurgias no período após a pandemia ou assim que os indicadores melhorarem.

#### 4) Hospitais regionais

Em relação à destinação de recursos a apenas alguns hospitais regionais, em virtude do acordo de reparação da Vale, e sobre a possibilidade de compensação aos hospitais que não receberão os recursos, o secretário disse que os hospitais escolhidos foram os que tinham iniciado as obras à época e poderiam ser entregues a médio prazo. Indagado sobre a possibilidade de instalação de um hospital regional no Noroeste de Minas, conforme compromisso assumido pelo Estado, o secretário reconheceu que há um vazio assistencial na região e respondeu que serão concluídos os hospitais regionais que tiveram suas obras iniciadas. Acrescentou que está sendo discutido, no âmbito da nova política hospitalar – Valora Minas –, uma forma de distribuir melhor os recursos, uma vez que o Pro-Hosp muitas vezes não seguiu o critério de necessidade ao implantar os hospitais. Concluiu que Unai receberá mais incentivos por meio dessa nova política do que recebeu até o momento.

#### COMPROMISSO

##### **Compromisso/posicionamento do secretário:**

- Reunir com prefeito de Unai para discutir a melhora da regionalização da assistência da Macrorregião Noroeste.

#### REQUERIMENTOS

**RQN nº 8.468/2021:** Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre a programação da testagem em massa de Covid-19 no Estado e se há insumos suficientes para os testes da população mineira.

**RQN nº 8.474/2021:** Requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Saúde – SES – pedido de providências para que seja discutida no Coes Minas Covid-19 a possibilidade de inclusão, no grupo prioritário para vacinação contra a Covid-19, de lactantes cujos bebês possuam alguma comorbidade, independente de sua idade.

#### 5) Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas

Questionado sobre o novo projeto Valora Minas, que vai beneficiar todas as regiões do Estado, o secretário esclareceu tratar-se de uma nova política hospitalar, em substituição ao Pro-Hosp, que concederá incentivo às regiões do Estado, com possibilidade de investimentos superiores a R\$2 bilhões, criação de critérios técnicos e entrega de valor. O secretário acrescentou que se planeja investir em locais com estrutura hospitalar, como Montes Claros. Sugeriu-se que a nova política seja discutida no âmbito da Comissão de Saúde.

REQUERIMENTO

**RQC nº 9.197/2021:** Requer seja realizada audiência pública para debater a nova Política de Atenção Hospitalar do Estado de Minas Gerais – Valora Minas – com a presença de representante da Secretaria de Estado de Saúde.

## 6) Financiamento do SUS e pagamento da dívida do Estado com municípios e prestadores de serviço

Questionado sobre a recomposição das tabelas do SUS, o secretário informou que a SES tem discutido com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde – Conass – e com o Ministério da Saúde o financiamento da Tabela SUS e do Samu.

Com relação aos débitos do Estado com os municípios, que totalizam atualmente cerca de R\$7 bilhões, o secretário afirmou que o governo está analisando e negociando o pagamento da dívida com Associação Mineira de Municípios – AMM –, Tribunal de Justiça, Ministério Público e Cosems. Acrescentou que há uma expectativa de pagar os débitos correntes empenhados e liquidados no mesmo ano e que, para evitar a interrupção do repasse de recursos aos municípios, os indicadores serão cobrados posteriormente. Acrescentou que o assunto tem sido discutido diferenciando o pagamento de municípios e de prestadores, uma vez que esses últimos têm mais urgência em receber o pagamento.

Ao ser questionado sobre as emendas impositivas para o custeio de hospitais filantrópicos, bem como sobre o pagamento na hipótese de o Cadastro Geral de Convenentes do Estado de Minas Gerais – Cagec – estar errado, o secretário respondeu que a SES paga os incentivos de leitos Covid mesmo quando há impedimentos no Cagec, com o fim de garantir a assistência. Reconheceu que as emendas são fundamentais para o custeio dos hospitais filantrópicos.

Indagado sobre o déficit da Fhemig, o secretário respondeu que a Fundação recupera apenas cerca de 30% dos seus custos com a produção de serviços pagos pelo Ministério da Saúde. Para reduzir esse impacto, o Estado tem concedido incentivos.

COMPROMISSOS

### Compromisso/posicionamento do secretário:

- O repasse do percentual constitucional de 12% dos recursos arrecadados em impostos será realizado este ano e não ficará em restos a pagar de 2021, com exceção dos recursos relativos aos meses de novembro e dezembro.
- A dívida do Estado com os municípios será negociada.

## 7) Obras Inacabadas

Indagado sobre as obras inacabadas de unidades de saúde no Estado, o secretário respondeu que o assunto tem sido discutido e que a diretriz do governo é finalizá-las.

## 8) Assistência à saúde

Em relação à falta de tomógrafos no Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas, o secretário reconheceu a importância do tomógrafo na assistência à saúde e informou que a SES está fazendo um levantamento da situação dos hospitais de referência na região, no intuito de equipá-los.

Ao ser questionado sobre a assistência em Patos de Minas, tendo em vista o fechamento do Hospital São Lucas, o secretário respondeu que a SES tem discutido com o município e com o Hospital Regional Antônio Dias – HRAD – como suprir a nova necessidade a curto prazo.

Diante do relato de parlamentares sobre casos de pacientes com grandes queimaduras no interior do Estado, que aguardam vários dias por atendimento, e questionado se a SES pretende descentralizar esse atendimento, o secretário reconheceu que o Estado não pode depender unicamente do atendimento do Hospital João XXIII e informou que a expectativa da SES é criar uma linha de cuidado dos queimados (grande e médio queimado), matriciada pelo Hospital João XXIII, além de tencionar incentivar a regionalização do cuidado do grande queimado.

## 9) Recursos Humanos

Indagado sobre a falta de médicos na Fhemig, apesar de vários editais de convocação, o secretário confirmou que há dificuldades de contratação e que foi instituída gratificação temporária para sanar o problema, uma vez que o salário da Fhemig é muito inferior ao da iniciativa privada, mas esclareceu que essa gratificação é paga apenas em locais que atendem diretamente pacientes com Covid.

### COMPROMISSO

#### Compromisso/posicionamento do secretário:

- Encaminhar à presidência da Fhemig a solicitação do Hospital João XXIII.

## 10) Rede de Urgência e Emergência

Solicitou-se ao secretário que analisasse a possibilidade de implantação de um Samu na região do Calcário, pois já há um consórcio regional de saúde na região e já foram elaborados estudos de implantação desse serviço. Também se solicitou que se avaliasse a hipótese de implantação da segunda etapa do Samu no Vale do Aço. Solicitou-se, ainda, a implementação de um hospital de urgência e emergência na região. Segundo o secretário, um dos projetos estratégicos da SES é implantar o Samu regional em todo o Estado até o fim de 2022.

### COMPROMISSO

#### Compromisso/posicionamento do secretário:

- O secretário vai agendar reunião para discutir a implantação e a ampliação do Samu nas duas regiões.

### REQUERIMENTOS

**RQN nº 8.467/2021:** Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca do estágio dos entendimentos e os prazos de análise e pareceres entre o Ministério da Saúde, o Estado e o consórcio para garantir os recursos necessários e a implantação da 2ª etapa do Samu no Vale do Aço, quais os prazos indicados e as expectativas para o funcionamento pleno do Samu regional.

**RQN nº 8.473/2021:** Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre qual o estágio dos entendimentos e os prazos de análise entre o Ministério da Saúde, o Estado e o consórcio para garantir os recursos necessários para a implantação e o funcionamento de uma rede de urgência e emergência na Região Metropolitana do Vale do Aço.

**RQN nº 8.472/2021:** Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca das medidas que a Secretaria de Saúde já tomou, vem tomando e vai tomar para viabilizar a instalação de um "hospital porta" para atender a população do Vetor Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte, garantindo ampliação do atendimento de urgência e emergência e o funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – Samu – na região, bem como o estágio e o cronograma de discussão com Consórcio Regional Intermunicipal de Saúde da Região do Calcário.

## 11) Postos de coleta de sangue

Questionado sobre a possibilidade de haver unidades da Hemominas nos municípios do Vale do Aço, uma vez que atualmente a população tem que se dirigir a Governador Valadares para doações de sangue, o secretário informou que tanto a SES quanto a Hemominas têm interesse em tornar esse serviço mais acessível.

RQN nº 8.469/2021: Requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre o cronograma de instalação de posto avançado de coleta externa – Pace – da Fundação Hemominas no Vale do Aço.

## 12) Transferência de gestão de hospitais para Organizações Sociais

Indagado sobre a possibilidade da transferência da gestão de hospital da Fhemig em Patos de Minas para organizações sociais, o secretário esclareceu que o edital trata de descentralização de gestão, mantendo o caráter público do hospital, o financiamento por parte do Estado e as garantias do servidor público e acrescentou que o objetivo é aumentar a eficiência do hospital e melhorar as condições de trabalho dos servidores. Segundo o secretário, essa mudança não tem previsão para acontecer, uma vez que o edital está judicializado.